

As identidades partidárias, a crise política atual, e o que a democracia tem com isso¹

Fernando Lattman-Weltman²

Resumo

Qual a real importância das “identidades partidárias”? Este artigo procura responder tal questão partindo do pressuposto de que, a princípio, a mesma só pode ser respondida a partir de alguma teoria deontológica do regime de partidos — o regime democrático — e do lugar que tais instituições nele desempenham, ou devem desempenhar. Tomando como base uma definição mercadológica simples da democracia — a de Schumpeter — são então estabelecidas algumas formas tipológicas de identidade partidária e suas implicações para o jogo democrático. O artigo é finalizado com uma breve aplicação dos tipos desenvolvidos na análise da crise de identidade que se abateu sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo do 1º mandato presidencial de seu líder, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Palavras-chave: Democracia; Partidos; Partido dos Trabalhadores (PT); 1º Governo Lula (2003-2006)

Party Identities, the Present Political Crisis, and What Democracy Has to Do with It

Abstract

Do “party identities” really matter? This article tries to provide an answer to this question by means of referring to some simple deontological theory of democracy — in this case, the market-oriented theory of Schumpeter — and the role played, or that should be played, by parties in this system. A basic typology of forms of political identity is then developed, along with the consequences of the prevalence of each type to democracy. At

α Este texto contém o desenvolvimento de questão sugerida por generoso convite dos alunos de Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica, PUC-RJ, para participação em debate conjuntural sobre a crise política e as identidades partidárias, realizado em setembro de 2005. Agradeço a eles, aos participantes do debate e a meus colegas Paulo D’Ávila Filho e Fabiano Guilherme Santos, que compartilharam a mesa comigo, os valiosos comentários e perguntas.

* Professor da Pontifícia Universidade Católica, PUC-RJ, e pesquisador e professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas.

the conclusion, the types are applied to an analysis of the “identity crisis” suffered by the Partido dos Trabalhadores (Workers Party, PT) along the first presidential mandate of its leader, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Keywords: democracy; political parties; Partido dos Trabalhadores (Workers Party, PT); 1st Government Lula (2003-2006);

Qual a real importância das “identidades partidárias”?

Partindo do pressuposto — nem um pouco óbvio, a julgar pela importância conferida ao tema por certo senso comum — de que: 1) só faz algum sentido se tomar a identidade partidária (ou sua falta) como um problema porque, de algum modo, se convencionou que tais instituições teriam algum papel, ou função importante a desempenhar; 2) levando-se em conta que isso, portanto, somente pode se colocar nos regimes políticos em que se pressupõe como legítima a diferença de opiniões e/ou interesses — e, conseqüentemente, legítima a organização política de tais diferenças, em grupos, facções, ou partidos; 3) e, finalmente, que, até hoje só uma grande família de diferentes regimes políticos assumiu, na História, essa diferença (e conseqüente competição) como base de sua organização — quer dizer, a grande família histórica dos regimes democráticos — conclui-se então que, a princípio, a pergunta só pode ser respondida a partir de alguma teoria deontológica da mesma democracia e do lugar que seus partidos nela desempenham, ou devem desempenhar.

Modelos de democracia e identidade partidária

Tome-se então, por exemplo, a definição dada pela teoria schumpeteriana da democracia: “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”.³ À parte sua elegante concisão — o que já facilita a nossa tarefa teórica —, a polêmica definição de Schumpeter tem a grande vantagem de questionar as definições clássicas e mais comuns da democracia moderna, e, ao mesmo tempo, contornar o elemento problemático que nelas sempre é invocado para a caracterização e para a crítica dos regimes ditos democráticos: o seu caráter supostamente representativo.

Esquivando-se assim de ter de resolver a espinhosa (e possivelmente insolúvel) aporia colocada pelas concepções clássicas da representação democrática moderna — já que, de saída, é sempre difícil saber quais são, ou podem ser, a real autoconsciência e/ou objetividade, do interesse, ou interesses a se representar, em nome do Soberano democrático (e suas contradições internas) —, esta teoria inverte os eixos do problema e situa o elemento

definidor da democracia não na promessa de representação política de uma possível substância social objetiva — e, portanto, supostamente superior e urgente, de um ponto de vista ontológico e normativo –, mas sim na disputa competitiva pelo poder, por parte de grupos e indivíduos. E isso independentemente do grau efetivo de “representatividade” de tais grupos e indivíduos, ou das eventuais propostas políticas que estes venham a defender nas arenas eleitoral, parlamentar ou governamental.

Trata-se, portanto, de uma teoria que poderíamos chamar de metodologicamente mercadológica, pois que passa a trabalhar com a noção de democracia a partir de uma definição operacional fundada na presença (ou não) de competição pelo voto. E uma competição cujos sentidos e resultados doravante não precisam mais ser analisados em função do possível grau de congruência entre as intenções, ou reais interesses, dos representados e o comportamento dos seus representantes — ou candidatos a –, mas da eventual (e mutável) competência dos competidores em “vender” seus produtos — programas partidários, slogans, “ideologias”, imagens, etc. — para os “consumidores” do mercado político e eleitoral.

Ora, se é esta a proposta metodológica da teoria schumpeteriana da democracia, se para ela torna-se, a rigor, irrelevante o quanto os competidores — e mais decisivamente os vencedores — de fato representam os eleitores, caberia então perguntar, novamente: qual a real importância das “identidades partidárias”, se os partidos, doravante, não são nada além de agências particulares que se organizam para competir pelo poder, através do voto, de acordo com regras de disputa previamente estabelecidas? Que diferença poderá fazer, para tais agências, e para os seus públicos-alvos, o grau de efetiva “identidade partidária” entre seus membros, ou entre estes e seus possíveis eleitores?

Para responder adequadamente a pergunta, portanto, — nos quadros, agora, da teoria de Schumpeter — é preciso antes, mais uma vez, responder outra questão: de que identidades partidárias estamos falando aqui?

Existiriam então, ao menos, dois *loci* de identidade partidária que caberia distinguir:

Em primeiro lugar, haveria aquela identidade que seria compartilhada pelos membros, ou militantes de um mesmo partido (o que poderíamos definir como identidade interna, ou *Ii*). Esta identidade partidária se manifestaria não apenas discursivamente — em atos políticos, programas de propaganda eleitoral, veículos de comunicação do partido, etc. — mas também poderia ser comprovada no comportamento parlamentar dos membros do partido, e — principalmente para o caso que nos interessa aqui — no esforço comum pela vitória eleitoral do mesmo. A identidade interna (*Ii*) do partido, assim definida, poderia ser tomada, também, como sinônimo de coesão. Mas o ponto central aqui é a imagem — ou conjunto de atributos simbólicos — que não apenas conecta e vincula os membros e militantes do partido, mas também o quanto tal identidade, assim reforçada, distingue e separa um partido dos demais.

Em segundo lugar — e, compreensivelmente, em situação de dependência com relação à *Ii* — pode-se falar também da identidade que de algum modo conecta esses partidos aos seus eleitores.

Este segundo *locus*, porém, comporta, ao menos, dois tipos de conexão:

Há que se distinguir, primeiramente, a eventualidade de uma identidade que conecta partidos e eleitores *a priori* — previamente às campanhas eleitorais — ou por razões ideológicas, mais ou menos tradicionais, ou por razões carismáticas. Em geral, quando se levanta a questão da existência ou não de identificações partidárias no regime democrático é justamente esse tipo de conexão que parece ser mais pressuposta ou desejada (dada a forte presença do referido componente representativo no discurso e na cultura política auto-referentes da experiência democrática moderna, não pode nos surpreender o apelo que essa idéia ou imagem possui). Poderíamos então definir essa forma como “identidade externa vertical”, ou *Iev*.

É possível, porém, pensar em outras formas de identificação externa, entre partidos e seu eleitores: uma é a que acaba por conectar partidos e eleitores *a posteriori* — ou seja, através da definição do voto — mediante a relativamente clara definição das identidades dos partidos para a escolha do eleitor, por quaisquer traços, ou marcas atribuídos a tais partidos durante a campanha eleitoral. Aqui não é necessária uma identificação forte entre partido e eleitor antes do processo de formação de preferências (o que, é claro, também não exclui a possibilidade de simpatias ou antipatias prévias). Basta que em algum momento das campanhas — ou ao menos no final — o eleitor se sinta capaz de identificar (subjettivamente) com maior segurança a diferença entre um e outro partido, de modo a poder escolher com maior autonomia e relativa segurança. Podemos chamar essa de identidade externa horizontal, ou *Ieh*.

Ora, retornando à definição de Schumpeter para a democracia, não é difícil perceber que, tanto num caso quanto no outro de identidade externa (*Iev* e *Ieh*), a identidade interna (*Ii*) pode tornar-se um elemento, ou trunfo, importante para a eficácia competitiva desses partidos. Já que conseguir formar junto ao eleitorado uma imagem razoavelmente clara e bem definida de si — e, de preferência, positiva — pode ser essencial para o sucesso na disputa.⁴ A *Ii*, portanto, seria instrumental para o lado da oferta de candidatos pelos partidos.

Do mesmo modo, a *Ii* também seria instrumental para o lado da demanda por candidatos, ou seja, o lado dos eleitores, pois que seria imprescindível a identificações tanto do tipo *Iev* quanto *Ieh*. Embora aqui, contudo, com pesos diferenciados, pois: enquanto para a *Iev*, a *Ii* teria talvez um efeito de reforço, ou confirmação, dos laços que, prévia e verticalmente conectariam partidos e eleitores, para a *Ieh*, a *Ii* reduz os custos informacionais para a escolha — na medida em que torna mais claro ou define as posições e os compromissos assumidos pelos partidos e seus candidatos. Além, é claro, de reforçar essa decisão pela

crença adicional de que a coesão assim demonstrada — pela *Ii* — torna mais provável a efetivação das expectativas que teriam sido responsáveis pela escolha de um partido e seus candidatos, em detrimento de outros.

Assim, mesmo para uma teoria mercadológica da democracia, a *Ii* não deixaria de ser um fator positivo e desejável.

Mas será que o mesmo se pode dizer das identidades de conexão, *Iev* e *Ieb*? Será que, uma vez garantida a *Ii*, ambas as formas de identificação externa seriam igualmente positivas, ou desejáveis?

Se uma *Iev* forte pode ter impactos sociais e psicológicos positivos — do ponto de vista de demandas do eleitorado por representação mais fiel e previsível —, por outro lado, isso também obviamente pressiona e limita o campo estratégico dos partidos dotados de tal conexão prévia nas campanhas, já que essa *Iev* terá de ser pesada e levada em conta. É claro que contar, antes mesmo da campanha, com um contingente de eleitores predispostos a votar em sua legenda, não deixaria de ser um trunfo desejável por qualquer agremiação competitiva.⁵ Mas a mesma *Iev* forte pode gerar uma perda de dinamismo e capacidade de adaptação da parte de tais partidos, diante de mudanças importantes que venham a ocorrer no cenário internacional, ou na estrutura social interna (nacional), por força de transformações econômicas, ideológicas ou culturais significativas. Os compromissos previamente assumidos com os eleitores — possivelmente responsáveis pela força da *Iev* —, uma vez (super)valorizados em termos de estratégia, poderiam até mesmo inviabilizar a competitividade de tais partidos, diante de um processo eleitoral mais dinâmico e imprevisível (em função tanto de influências exógenas à esfera específica da disputa eleitoral, quanto de inovações trazidas endogenamente a estas por qualquer outro competidor ou agente institucional de relevância para o processo).⁶

Mais importante, de um ponto de vista institucional mais amplo, entretanto, é o fato de que uma *Iev* muito forte, no limite poderia tender a dividir o espectro político em “pilares” e à conformação de um modelo democrático próximo do tipo “consensual”:⁷ em que a competição se restringe por *Ievs* poderosas que dividem sociedades, quase que em caráter excludente, com base em diferenças de classe, ideologia, etnia, religião, ou grupos lingüísticos, por exemplo. Nesse caso, pode-se gestar, de fato, um equilíbrio político e social mais rígido — e nem um pouco desprezível no caso de países com graves históricos de conflitos internos — mas cujo preço em rigidez muitas vezes é pago quando se manifestam as tais condições adversas de maior instabilidade “estrutural”. Se esse mal pode ocorrer, num contexto mais “pluralista”,⁸ afetando apenas alguns partidos — eventualmente enrijecidos por fortes *Ievs* — no que diz respeito ao sistema político como um todo, uma polarização de *Ievs* muito rígidas, exclusivas e mutuamente excludentes, pode contribuir para uma rápida esclerose do sistema, em função da sua provável incapacidade geral de resposta frente à necessidade de mudanças.⁹

Uma identidade do tipo *Ieb*, por sua vez, parece tender a permitir maior flexibilidade tanto aos partidos quanto, por conseguinte, ao sistema geral que eles conformam. Pois que como essa *Ieb* só precisaria funcionar ao longo e ao final das campanhas, a ausência, ou a presença relativamente minoritária de *Ievs*, abririam aos partidos competidores um campo bem mais amplo de manobra e adaptação de suas estratégias competitivas. É óbvio, porém, que tais ganhos de flexibilização seriam, provavelmente, acompanhados de um aumento potencial da incerteza e da insegurança, tanto para os partidos quanto para os eleitores.

Assim, embora a análise das diferenças potenciais entre um ou outro tipo-ideal de identificação partidária externa aponte para certa desejabilidade de ocorrência de *Iis*, para o melhor funcionamento de nossa democracia schumpeteriana, a possível escolha entre a *Iev* ou a *Ieb* — se é que, de fato, existe a possibilidade real dessa escolha¹⁰ — teria de ser feita em função da relação custo/benefício que cada observador obtiver das vantagens e desvantagens potenciais de cada tipo.

De qualquer modo, porém, diante da complexidade dos recursos institucionais e dos fenômenos societários e culturais envolvidos na política democrática contemporânea, o mais prudente — e mais facilmente realizável — parece ser pensar formas de incentivar a *Ii*, dado que esta seria imprescindível para qualquer outra forma de identidade partidária que se possa desejar. Deixando então as relações entre as *Iis* dos partidos e o eleitorado ao sabor das campanhas, da vida social, partidária e institucional cotidianas, fazendo com que o tempo e a manutenção das regras básicas e da competição se legitimem, e “ensinem” aos atores o que esperar e conseguir do sistema.

A grande questão passaria a ser, então: o que significa, afinal, a *Ii*, e quais os seus modos de funcionamento, ou mecanismos de promoção?

Como vimos, a identidade interna atribuída a um partido, como trunfo valioso de campanha e/ou como elemento simplificador e redutor de custos informacionais para o decisor soberano do processo eleitoral — o eleitor —, é função, portanto, da imagem de coesão que seus membros são capazes de sinalizar. As formas e os momentos desta sinalização, contudo, podem variar enormemente, e seja qual for a realidade objetiva dessa coesão e o compartilhamento de uma identidade partidária, é possível se pensar num variado conjunto de mecanismos de fomento.

Só a título de ilustração, se poderia pensar essa *Ii* a partir de uma manipulação livre dos tipos clássicos Weberianos de dominação. Ou seja:

A *Ii* pode, em primeiro lugar, ser forjada, “carismaticamente”, a partir da atuação de um líder, sua palavra (ideologia), e seu séquito. Obviamente, esse tipo de “cimento” deverá desempenhar função primordial no momento de criação do novo partido, e só se manterá enquanto tal — carismaticamente — à medida que o líder permanecer à frente de seu grupo, dando provas de seu carisma.¹¹ Trata-se de uma espécie nem sempre freqüente e igualmente instável de geração de *Ii*.

A partir da rotinização do carisma e/ou do patrimônio ideológico original, podem, contudo, se construir e se manter outras formas de *Ii* (que poderíamos chamar de “tradicionalistas”). Isto se dá, sobremaneira, quando os elementos de agregação original se mostram razoavelmente eficientes, a ponto de conduzir tais partidos à conquista de vitórias e posições políticas importantes — mesmo que apenas num nível local e mais rarefeito — de modo que agora, porém, já seria possível prescindir — na prática, mesmo que não no nível dos discursos — dos próprios elementos iniciais. Por isso mesmo, aqui é preciso se distinguir: 1) a *Ii* rotinizada que se mantém mais ou menos precariamente ainda por força da relativa “eficácia simbólica” das bandeiras, slogans, descrições históricas e palavras-de-ordem incorporadas ao patrimônio identitário do partido; 2) aquela que se mantém, ao contrário disso — mas também em articulação a isso —, pelos benefícios preservados e distribuídos entre os membros, por força justamente dos capitais sociais, econômicos ou institucionais, agregados em outro tipo de patrimônio da facção: o dos despojos de batalhas vitoriosas, ainda preservados, ou dos recursos organizacionais estratégicos desenvolvidos — na sociedade civil e/ou no Estado — para as lutas e conquistas anteriores.

Chega-se, assim, ao terceiro tipo de mecanismo de produção e manutenção de *Ii*, que, para nos manter fiéis à terminologia weberiana, chamaríamos de “racional-legal”. Quer dizer: por rotinização e/ou construção de “máquinas”, que atuariam em prol do partido, pela mobilização do interesse racional e mútuo dos membros na manutenção, ampliação e aprimoramento da própria máquina e dos recursos que ela é capaz de mobilizar, disponibilizar e (re)distribuir.

É evidente, portanto, que o modo de obtenção e de operação a garantir a efetividade da *Ii* para os partidos, seja através de algum desses tipos puros, seja pela hibridização de alguns dentre eles, também deverá apresentar características e implicações específicas não apenas para os graus de flexibilidade e resistência internas dos mesmos nas arenas política e eleitoral — diante das mudanças e adversidades naturais da luta partidária — mas também, é claro, para as diferentes capacidades de construção de *Ievs* ou *Iebs* nas campanhas eleitorais.

Ironicamente, portanto, uma possível resposta final sobre a adequação ou deseabilidade também das formas de *Ii*, vai depender dos marcos institucionais — regras que favoreceriam a formação e a manutenção da mesma —, mas também da própria diversidade cultural “interna” ao universo dos partidos. O que, também ironicamente, não significa senão o quanto, de fato, são sempre “representativos” os partidos de qualquer mercado político democrático, livre em seu desenvolvimento e maturação histórica.

As identidades partidárias e a crise

A crise política atual — detonada com a denúncia de existência de propinas regulares pagas pelo partido do governo, o PT, a parlamentares das agremiações da chamada base

aliada no Congresso nacional, os supostos “mensalões” — poderia ser “apenas” uma crise de perda de credibilidade de um governo, em pleno mandato.

Torna-se, contudo, algo maior do que isso, por dois aspectos:

- 1) Por colocar em xeque a credibilidade do Poder Executivo e de todo o Parlamento, pois que levanta a possibilidade de generalização de comportamentos desviantes para um conjunto maior dos membros desses poderes; ou seja: para uma relativa institucionalização de práticas ilícitas e ilegítimas;
- 2) Por contraditar o forte componente ético supostamente responsável tanto pela *Li* quanto pelas possibilidades de *Ievs* e *Iehs*, envolvendo o partido do governo e seus militantes e eleitores.

O tema ganha interesse para nossa discussão¹² exatamente porque nenhum outro partido parece ter sido tão bem sucedido na tentativa de se construir formas poderosas de *Iev*, na história mais recente do país.

Se a crise, no entanto, se resumisse apenas a comprometer a possibilidade de manutenção da *Iev* entre o PT e sua militância — já que, de um lado não estamos ainda em período eleitoral¹³ (ao menos do ponto de vista do eleitor comum), e, de outro, o eleitorado eventual do Partido dos Trabalhadores em 2002, não se compôs somente de eleitores mobilizados por *Iev*, mas também por *Iehs* — não haveria talvez muito que se lamentar (ainda mais diante das externalidades negativas potenciais de *Ievs* fortes).¹⁴

Acontece, porém, que, para bem ou para mal, o PT representa muito mais para a economia política brasileira de hoje do que mais um partido como tantos outros.

Com efeito, à luz das distinções conceituais sugeridas sobre as formas de se forjar uma *Li*, o drama do PT ganha outros contornos. E torna-se patente, inclusive, sem menosprezo do possível impacto cataclísmico da crise do “mensalão”, o fato de que a unidade do partido já se encontrava comprometida, ou ameaçada, desde o início do governo Lula — a rigor desde a campanha de 2002 — pelas inflexões estratégicas do PT, ou sua cúpula, em busca da vitória, afinal obtida naquele pleito, e da construção de uma base de apoio no Congresso para efetivação do governo assim conquistado.

Assim, se a *Ieh* que conectou o PT a seu vasto e diversificado eleitorado em 2002 — o eleitorado que elegeu Lula, para além de possíveis *Ievs* que não foram capazes de fazer sozinhas o mesmo nas três eleições anteriores — pode ter sido abalada seriamente com a explosão do escândalo, a *Iev* que há muito conectava o candidato e seu partido a seu eleitorado mais tradicional já estava em crise antes disso. Ao menos a partir do momento em que o governo pôs em prática um programa de governo rigorosamente conseqüente com o seu discurso de campanha em 2002 (mas não exatamente em 1998, 94 e, muito menos, em 89).¹⁵

Seja como for — e de modo consistente com nossa argumentação até aqui —, é possível então se compreender as dimensões da crise de *Li* específica ao PT, hoje, como opor-

tunidade para se pensar as implicações não apenas de se tentar construir tal identidade interna de um partido — a partir de uma(s) ou outra(s) alternativa(s) que se oferece(m) contemporaneamente a qualquer agremiação política — mas também, e mais decisivamente, para responder a nossa questão inicial, situando melhor a real importância das identidades partidárias para a democracia.

Nesse sentido, é evidente o modo como o discurso de certas esquerdas — visíveis, por exemplo, nos atuais trânsfugas do PT e em setores da esquerda do partido, que nele permanecem —, à falta de novas lideranças “carismáticas”,¹⁶ ou se agarra, mais “tradicionalmente”, a certo patrimônio ideológico e identitário acumulado pelas esquerdas em cerca de 80 anos de lutas políticas, ou, de modo talvez mais “racional-legal”, busca se articular em torno dos capitais políticos, econômicos e simbólicos institucionalizados em setores e redes mais ou menos informais da sociedade civil brasileira contemporânea, como ONGs, sindicatos, CEBs (ou suas sucedâneas), grêmios e entidades estudantis, etc.

Não espanta, portanto, que tantos desiludidos da hora reiterem o velho argumento da falência do sistema partidário e não vejam outra saída se não retornar ao (tão idoso quanto) mítico e mistificado seio gentil do “movimento popular”. Já que qualquer coisa que se assemelhe à conspurcação da pureza original e messiânica da “sociedade civil”, pelos demônios do Estado e/ou do mercado, não pode ser absorvida, dentro da canônica “tradicional”, e seus comprometimentos simbólicos, muito menos compatibilizar-se com a “racionalidade” imposta pela lógica de *rent-seeking* aberta pela institucionalização do referido capital organizacional da mesma “esfera pública”.

De um ponto de vista democrático, e teoricamente consistente, contudo — e baseado não nas grandes construções metafísicas que informam a cultura cívica democrática,¹⁷ mas sim na observação crítica e sistemática da evolução e funcionamento histórico do sistema, nesses conturbados últimos quatro séculos — há de se concluir que se existe alguma relação necessária entre a existência de identidades partidárias sólidas e o funcionamento ótimo da democracia, ela, a rigor, pode passar a quilômetros de distância do senso comum que estes mesmos setores da esquerda brasileira insistem em reiterar, derrota após derrota.

Mesmo levando-se em conta que na verdade haveria, ao menos, ainda uma terceira “utilidade” para a identidade partidária, não necessariamente contemplada pela definição mercadológica de Schumpeter — a da possível contribuição da dita identidade para a legitimidade geral do sistema democrático (competitivo) — isso, muito antes de negar a validade operacional do modelo aqui privilegiado, nos ajudaria a perceber, graças a ele, a dimensão do grande drama de nossa democracia, tal como exemplificada pelo atual transe petista, e a importância do partido e suas imagens para a economia simbólica da política nacional.

Pois que, por um lado, é inegável que o PT, de Lula e de tantos outros, representou historicamente uma importantíssima e bem sucedida trajetória de transição das forças

de esquerda no Brasil. De um discurso e uma prática que se contrapunham à democracia liberal, para uma aceitação e um aprendizado extremamente eficiente das regras do jogo deste sistema, o partido foi capaz de realizar a proeza antes quase inimaginável — e seguramente inédita, em suas dimensões e significados — de aliar mobilização e organização popular com competência eleitoral-partidária.

Por outro lado, o embate atual, que divide e polariza a legenda, interna e externamente, e que parece opor uma versão caipira de neo-bolchevismo de resultados,¹⁸ a uma espécie de basismo neo-udenista — ávido por se refugiar junto ao último bastião da pureza e da autenticidade social —, acaba praticamente por imobilizar eventuais setores do partido, e das esquerdas, capazes talvez de superar o impasse atual, e retomar a iniciativa de uma agenda política conseqüente. Uma agenda que não se esgote na pretensão — e na auto-satisfação pueril — de um suposto e estéril monopólio da ética e do bom-mocismo, nem, inversamente, se aferre de modo sectário, ressentido e contraproducente a teorias e experiências políticas já fartamente desmistificadas e superadas pela História.

Uma agenda política concreta, factível e que se mostre capaz de construir novas formas de *Ii*. Compatível, portanto, com a democracia de Schumpeter, ou qualquer outra que se queira delimitar, com base em teorias consistentes e produtivas.

Seja como for, o fato é que enquanto formos — todos, e não somente o PT — dominados pelo moralismo de tipo udenista, ou (o que pode dar quase no mesmo) pelo romantismo político substantivista, que vê nas mistificações do popular a reserva incontestada da positividade política — daí a ânsia por representatividades “autênticas”, ou pelos sinais fugidios da substância concreta da “vontade geral” — vai ser difícil deixar de pensar a política como um enredo novelesco e maniqueísta. Em que a relação entre partidos e seus eleitores tem sempre de pagar tributo — cada vez mais pesados tributos — a exigências éticas (ou estéticas) que, possivelmente, nenhum sistema político conhecido, praticado por indivíduos míopes, falíveis e de carne e osso, parece capaz de atender.

Certamente, não será esta modesta democracia liberal, árdua e tentativamente construída ao longo de séculos de conflitos, revoluções, golpes e guerras terríveis — mas também promotora de liberdades e igualdades até aqui inéditas, além da produção de grandes riquezas, tanto materiais quanto espirituais — que irá conseguir se manter à altura de tão elevadas expectativas.

Notas

³ Joseph A. Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, ps. 327 e 328.

⁴ Bem entendido: quando falo em imagem não pretendo necessariamente dizer nada além disso (imagem).

⁵ Não esquecendo, porém, é claro, que assim como há *Iev* também existe rejeição prévia (isso, porém, não é assunto deste ensaio; embora seja razoável supor — como veremos em seguida — que uma coisa (*Iev*) não deve, dialeticamente, crescer sem a outra (rejeição)).

⁶ Pense-se a título de ilustração, por exemplo, e restringindo-nos apenas ao nosso contexto nacional mais recente, nas dificuldades encontradas pelas candidaturas à presidência da República, de Leonel Brizola, pelo PDT, em 1989 — diante da crise econômica brasileira e das alterações no cenário geopolítico e ideológico internacional —, ou de Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT, em 1994 e 1998. Ou ainda quando se alteram as regras do jogo, como no caso de manutenção ou não do princípio de verticalização de coligações em eleições gerais num contexto federalista.

⁷ Sobre o modelo consensual, ver Arend Lijphart, *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. Sobre os “pilares”, ver, por exemplo, Hans Daalder, “The Netherlands: opposition in a segmented society”, in: Robert A. Dahl (org.), *Political oppositions in Western democracies*, Yale University Press, New Haven & London, 1966.

⁸ A definição de pluralismo, aqui, é conforme os debates sobre sistemas de intermediação de interesses, e objeto de análises específicas de autores como Alessandro Pizzorno (“Interests and parties in pluralism”, in: Suzanne Berger (org.), *Organizing interests in Western Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 1981), e David Nicholls (*Three varieties of pluralism*, MacMillan Press, London, 1974).

⁹ Não seria difícil arrolar aqui uma série de exemplos desse tipo de problema, retirados da experiência secular das democracias européias, onde justamente se encontram os maiores exemplos de “democracias consensuais” (ou “consociacionais”), e de onde, a rigor, provém a maioria dos modelos mais ou menos implícitos de *Iev* que povoam a imaginação partidária brasileira (principalmente à esquerda).

¹⁰ Já que aqui estamos, com frequência, diante de imposições, ou limites, historicamente construídos, seja de ordem cultural, ou social, seja de ordem mais especificamente institucional política.

¹¹ Uma variante dessa forma carismática poderia se dar quando uma dissidência — não necessariamente provida de carismas personalizados — se forma e se desliga de uma agremiação mais antiga (e previamente “rotinizada”), alegando, porém, deter o direito e/ou a exclusividade sobre a herança moral do carisma original, seja esse o do líder desaparecido ou da “revelação” acolhida (e não mais respeitada, segundo a dissidência, pelo partido de origem). Como veremos em seguida — e como Weber já propusera —, essa forma parece se reproduzir “dialeticamente” em estrita relação e interdependência com os tipos mais “rotinizados” (Max Weber, *Economia e sociedade*, UnB, Brasília, 2000).

¹² Na verdade, não foi outra a motivação subjacente à proposição do nosso tema de reflexão e debate aqui.

¹³ Isto é, no segundo semestre de 2005.

¹⁴ É óbvio que o raciocínio não vale para muitos petistas e seus simpatizantes — principalmente aqueles que só concebem a relação do partido com suas bases em termos de *Iev*.

¹⁵ Daí que falar ou não de “estelionato eleitoral” praticado por este governo vai depender da *Ie* de cada um com relação a Lula e ao PT. O que, por outro lado, inviabiliza o uso — a sério — da expressão por parte dos rivais históricos do PT e opositores do Governo Lula.

¹⁶ Com a possível exceção da valorosa musa alagoana do neo-jacobinismo nacional.

¹⁷ Para nem repisar aqui o tal do “republicanismo” hoje em voga.

¹⁸ Distante, talvez, em métodos, mas não em espírito, do velho e (de certo modo) incompetente pragmatismo comunista brasileiro, que, com enorme desprezo, via a participação nas instituições e no jogo democrático, apenas como etapa, ou tática, eventualmente necessária, à tomada do poder para a realização de sua revolução.

Referências bibliográficas

- DAALDER, Hans (1966), “The Netherlands: opposition in a segmented society”, in: Robert A. Dahl (org.), *Political oppositions in Western democracies*, Yale University Press, New Haven & London.
- LIJPHART, Arend (2003), *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- NICHOLLS, David (1974), *Three varieties of pluralism*, MacMillan Press, London.
- PIZZORNO, Alessandro (1981), “Interests and parties in pluralism”, in: Suzanne Berger (org.), *Organizing interests in Western Europe*, Cambridge University Press, Cambridge.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1961), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- WEBER, Max (2000), *Economia e sociedade*, UnB, Brasília.